

representa^{coop}

relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 33 – ano 2025

11 a 15 de agosto de 2025



Sumário

- Tribuna Livre na Câmara de Curitiba;
- Sabatinas no Senado;
- Novas proposições protocoladas na ALEP.

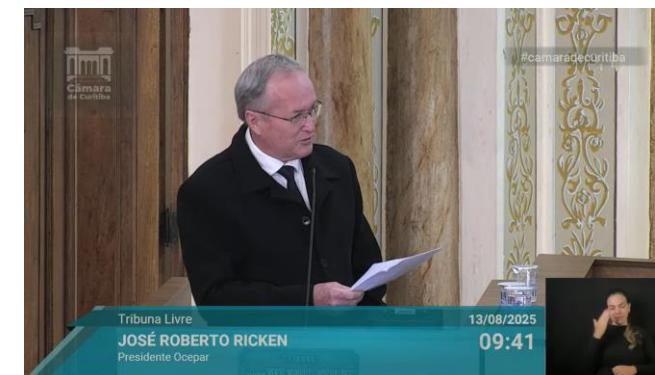
OCEPAR REALIZA TRIBUNA LIVRE SOBRE O ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Na manhã de 13 de agosto de 2025, a Câmara Municipal de Curitiba sediou uma sessão especial da Tribuna Livre em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela ONU. A iniciativa foi proposta em articulação da OCEPAR com a vereadora vereadora Indiara Barbosa e reuniu vereadores, autoridades do setor e convidados para discutir o papel estratégico do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social do Paraná. O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destacou os números do cooperativismo no Paraná, que somam mais de 4 milhões de cooperados e geram mais de 146 mil empregos diretos. Entre as maiores empresas do Paraná, estão as cooperativas, que juntas movimentam um faturamento anual superior a R\$ 205 bilhões.

Durante sua apresentação, o presidente da OCEPAR Ricken detalhou a representatividade dos diferentes ramos do cooperativismo no estado. Ricken enfatizou o papel das cooperativas na redução da pobreza, especialmente considerando que a maioria dos cooperados possui pequenas propriedades, com menos de 100 hectares. A força do setor paranaense está relacionada ao planejamento de longo prazo, que vem sendo executado há mais de cinco décadas e agora está na fase do PRC 300 e 500.

A sessão contou com a participação de diversos vereadores, que fizeram questionamentos sobre políticas de incentivo, tributação, infraestrutura e programas voltados à juventude. Ricken sugeriu que Curitiba discuta uma lei municipal do cooperativismo, complementar às legislações existentes nos âmbitos federal e estadual, apresentada pela vereadora Rafaela Lupion (PSD), ressaltando que não se trata de buscar benefícios, mas de criar condições para fomentar o setor. Foram debatidas propostas para reduzir a alíquota do ISS para outros ramos além da saúde, apoiar a formação de jovens por meio de colégios agrícolas e cooperativas mirins, e ampliar a atuação das cooperativas em áreas como habitação e transporte urbano e cuidado com idosos.

A iniciativa integra um esforço para incentivar que cooperativas de todo o Paraná promovam ações semelhantes de Tribuna Livre em suas respectivas câmaras municipais.



O debate completo está disponível no YouTube da Câmara dos Vereadores de Curitiba:
Acesso:
<https://www.youtube.com/watch?v=kkuw7Sihw8o>

Tribuna Livre debate fortalecimento do cooperativismo e desafios para o setor em Curitiba

Durante o debate com vereadores na Tribuna Livre na Câmara Municipal de Curitiba, o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destacou a importância de ampliar o apoio legislativo ao cooperativismo em todos os âmbitos. Ele ressaltou que a Constituição Federal já contempla sete artigos relacionados ao tema e que, no Paraná, existem leis estaduais que fortalecem o setor. Para Ricken, uma legislação específica em Curitiba poderia criar um ambiente mais favorável para o crescimento das cooperativas, fomentando emprego e desenvolvimento econômico. A vereadora Delegada Tathiana Guzella (União) lembrou que já há um projeto de lei sobre o assunto em discussão na Câmara.

O debate também abordou questões tributárias, com a vereadora Indiara Barbosa (Novo) defendendo maior engajamento dos parlamentares nas tratativas com a Prefeitura para reduzir o ISS aplicado às cooperativas, que atualmente é de 5% — exceto no ramo da saúde, que já conta com alíquota reduzida. O presidente da OCEPAR concordou que a carga tributária pode ser um fator decisivo para a sobrevivência de novas cooperativas e reforçou que incentivos fiscais devem ser vistos como investimentos estratégicos, com potencial de retorno em forma de geração de renda e desenvolvimento regional.

Outro ponto de destaque foi a preocupação com a formação de **novas gerações de cooperados**. Questionado pela vereadora Camilla Gonda (PSB) sobre iniciativas voltadas para a juventude. Ricken defendeu a ampliação de programas como os colégios agrícolas (cooperativas-escola) e as cooperativas mirins, que aproximam estudantes do modelo cooperativista desde cedo. Ele também ressaltou que, no contexto da economia familiar, a diversificação de cultivos é fundamental para a sustentabilidade dos produtores, evitando a dependência de um único produto ou mercado.

Ao responder a perguntas dos vereadores João da 5 Irmãos (MDB), Fernando Klinger (PL) e Guilherme Kilter (Novo), o presidente da Ocepar afirmou que **o cooperativismo pode contribuir para enfrentar desafios urbanos**, especialmente em áreas como habitação e transporte e cuidados. No entanto, apontou a uma das principais carências para o setor está no desafio da infraestrutura, e defendeu investimentos federais e estaduais em ferrovias e rodovias para melhorar o escoamento da produção até o Porto de Paranaguá. Questionado sobre o “tarifaço” nas exportações para os Estados Unidos, o presidente ressaltou que este não deve afetar significativamente o setor, mas pode gerar instabilidade no mercado. O debate também tratou da participação feminina nas cooperativas, de políticas de certificação e da consolidação do cooperativismo no Paraná.



SEMANA DE SABATINAS NO SENADO FEDERAL

Nesta semana, entre os dias 11 e 15 de agosto de 2025, o Senado Federal realizou sabatinas, em regime de esforço concentrado, para analisar indicações de autoridades a cargos em agências reguladoras, tribunais superiores e conselhos nacionais. As comissões temáticas ouviram os indicados, que depois passaram por votação nas próprias comissões e, posteriormente, tiveram seus nomes encaminhados para a votação final no Plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado recebeu relatórios e realizou sabatinas para indicações importantes, entre elas para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Essas sabatinas fazem parte do processo constitucional de avaliação técnica e política dessas nomeações, feitas pela Presidência da República e por outros órgãos.

Na quarta-feira, 13 de agosto, o Plenário aprovou sete indicados para funções públicas no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Superior Tribunal Militar (STM), na Agência Nacional do Cinema (Ancine) e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Outros quinze indicados, que já foram sabatinados nas comissões, ainda aguardam a aprovação final no Plenário. Entre os assuntos abordados durante as sabatinas esteve a denúncia contra o influenciador digital Felipe Bressanim, conhecido como Felca, sobre exploração de crianças e adolescentes nas redes sociais — tema que foi destaque na agenda dos legislativos nacional e local nesta semana.

Dentre as sabatinas mais aguardadas estavam as indicações para o CNJ. Foram aprovados pela CCJ os nomes de Carlos Vinícius Alves Ribeiro, para uma vaga destinada ao Ministério Público estadual, e de Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, para uma cadeira reservada ao Ministério Público da União. Ambos foram sabatinados e aprovados pela CCJ em 13 de agosto de 2025 e agora aguardam votação final no Plenário do Senado. Na mesma data, também foram aprovados para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) os nomes de Carlos Augusto Pires Brandão e Maria Marluce Bezerra, para vagas destinadas ao Ministério Público, sabatinados pela comissão e aprovados na noite de ontem no Plenário do Senado.



SENADO FEDERAL

PRINCIPAIS NOMES INDICADOS E SABATINADOS NO SENADO

Nome	Cargo indicado	Agência/Órgão	Experiência/Atuação
Gentil Nogueira de Sá Júnior	Diretor	Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)	Experiência em regulação e fiscalização dos serviços de geração de energia; secretário Nacional de Energia Elétrica no MME
Artur Watt Neto	Diretor-geral	ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)	Direito federal e consultoria jurídica na área de petróleo e gás
Pietro Adamo Sampaio Mendes	Diretor	ANP	Presidente do Conselho de Administração da Petrobras; secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Lorena Pozzo	Diretora de Instalações Radioativas e Controle	ANSN (Autoridade Nacional de Segurança Nuclear)	Cientista e pesquisadora no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
Ailton Fernando Dias	Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas	ANSN	Especialista em engenharia elétrica e ciência da computação; doutorado na área
Alessandro Facure Neves de Salles Soares	Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear	Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear)	—
Antonio Mathias Nogueira Moreira	Diretor	Anac (Agência Nacional de Aviação Civil)	Graduado em Gestão Financeira; atuação em governança, integridade e riscos em empresas públicas
Tiago Chagas Fainerstein	Diretor	Anac	Experiência na Força Aérea Brasileira e gestão pública
Rui Chagas Mesquita	Diretor	Anac	Experiência na Força Aérea Brasileira e gestão pública
Alex Antonio de Azevedo Cruz	Diretor	ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)	Experiência em direito, gestão pública e infraestrutura
Edson de Holanda	Diretor	Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)	Conhecimento em direito regulatório e comunicação
Octavio (sobrenome não informado)	Diretor	Anatel	Conhecimento em direito regulatório e comunicação
Frederico Carvalho Dias	Diretor-geral	Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)	Engenharia civil, direito e auditoria governamental
Renata Sousa Cordeiro	Ouvidora	Antaq	Formação em direito; experiência em assessoria jurídica no setor público
José Fernando de Mendonça Gomes Júnior	Diretor	ANM (Agência Nacional de Mineração)	Gestão de negócios, saneamento e mineração

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Senado Federal.

DESTAQUE DE PROPOSIÇÕES PROTOCADAS NA ALEP

Tabela 1. Proposições apresentadas na ALEP, de interesse do cooperativismo, na semana de 11 a 15 de agosto de 2025:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
PL 619/2025	Professor Lemos (PT)	Juventude e Sucessão Rural	Dispõe sobre a Juventude e a Sucessão Rural no Estado do Paraná, em consonância com a Lei Federal Nº 15.178, de 23 de julho de 2025, e dá outras providências.	Protocolado 13/08/2025
PDL 10/2025	Comissão Executiva	Homologação de Decreto de ICMS	Homologa o Decreto do Poder Executivo nº 10.789, que promove alteração nas normas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de	Protocolado 12/08/2025

Opine sobre os Projetos de Lei através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

